

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
1 – CONSTITUIÇÃO E TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ORDINÁRIA	27
1.1 Superioridade constitucional	27
1.2 Teoria da recepção e controle de constitucionalidade	30
1.3 <i>Status</i> constitucional dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.....	33
2 – SISTEMA E PRINCÍPIOS INFORMADORES DA CORRELAÇÃO	39
2.1 Sistema acusatório	39
2.2 Princípios processuais constitucionais.....	51
2.2.1 Princípio do contraditório	53
2.2.2 Princípio da ampla defesa	56
3 – CORRELAÇÃO ENTRE ACUSAÇÃO E SENTENÇA.....	59
3.1 Acusação, imputação e objeto processual.....	60
3.2 Estudo de algumas situações possíveis.....	70
3.2.1 Alteração entre dolo e culpa	70
3.2.2 Alteração entre as modalidades culposas.....	71
3.2.3 Alteração entre fatos que caracterizam a mesma modalidade culposa.....	73
3.2.4 Alteração entre consumação e tentativa.....	74
3.2.5 Alteração da pessoa ofendida.....	76
3.3 Conseqüências pelo não-cumprimento do princípio da correlação....	76

4 – APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	83
4.1 <i>Emendatio libelli</i> e a Lei 11.719/08	83
4.1.1 Crítica ao termo <i>emendatio libelli</i>	86
4.1.2 Contraditório e ampla defesa a respeito da nova definição jurídica.....	86
4.1.3 <i>Emendatio libelli</i> quando do recebimento da inicial.....	93
4.1.4 Nova definição jurídica em segunda instância	99
4.1.5 Código de Processo Penal Português e Espanhol (<i>Ley de Enjuiciamiento Criminal</i>).....	100
4.2 <i>Mutatio libelli</i>	102
4.2.1 Razão de ser do instituto.....	102
4.2.2 A disciplina da <i>mutatio libelli</i> no Código de Processo Penal após Lei 11.719/08	104
4.2.3 “Elemento ou circunstância da infração penal”	106
4.2.4 Fato novo	110
4.2.5 Acusação implícita	111
4.2.6 O necessário aditamento à peça acusatória.....	113
4.2.7 Aditamento provocado	120
4.2.8 Imputação alternativa	121
4.2.9 O não-aditamento por parte do acusador	123
4.2.10 Possibilidade de o aditamento ser espontâneo	124
4.2.11 Ação privada e <i>mutatio libelli</i>	125
4.2.12 <i>Mutatio libelli</i> em segunda instância	128
4.2.13 Código de Processo Penal Português.....	132
4.3 Circunstâncias agravantes e possibilidade de o juiz condenar mesmo com pedido de absolvição do Ministério Público	133
4.4 Procedimento dos crimes de competência do Tribunal do Júri	138
4.5 Juizados Especiais Criminais	146
CONCLUSÕES.....	151
REFERÊNCIAS.....	155
JURISPRUDÊNCIA.....	161
ÍNDICE ALFABÉTICO	177